



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0008292-72.2013.8.17.0000(0311016-1)

IMPETRANTE : VADILSON GOMES DA SILVA
PACIENTE : MARCOS MESSIAS DA SILVA
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
COMARCA : CABO DE SANTO AGOSTINHO - 1ª VARA CRIMINAL
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : ADRIANA GONÇALVES FONTES

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS PREVENTIVO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART.121, §2º, I, DO CP). PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS DA MEDIDA CAUTELAR. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR POR CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. DECISÃO FUNDAMENTADA. SUSPEITA DE COAÇÃO A TESTEMUNHA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I- Os requisitos da segregação cautelar encontram-se presentes. O magistrado *a quo*, apontado como autoridade coatora, justificou a manutenção da prisão do paciente com base em fatos concretos, que justificam a necessidade da medida por conveniência da instrução criminal. O acusado apresentou declaração da principal testemunha de defesa contendo retratação de depoimento colhido extrajudicialmente. A produção de provas pelo acusado, que é policial, gera a suspeita de que a testemunha possa estar sendo coagida a apresentar nova versão para os fatos, mormente considerando-se que em outro processo a que responde na mesma Vara Criminal (processo nº0009622-32.2011.8.17.0370), é suspeito de ter assassinado a testemunha ocular do crime.

II- Ordem denegada à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 0008292-72.2013.8.17.0000(0311016-1), no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Quarta Câmara Criminal** deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 24 de setembro de 2013.


JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0008292-72.2013.8.17.0000(0311016-1)
IMPETRANTE : VADILSON GOMES DA SILVA
PACIENTE : MARCOS MESSIAS DA SILVA
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADADO
COMARCA : CABO DE SANTO AGOSTINHO – 1ª VARA CRIMINAL
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADOR : ADRIANA GONÇALVES FONTES

RELATÓRIO

Vadilson Gomes da Silva, advogado, impetrou o presente *Habeas Corpus* Preventivo, com pedido de liminar, em favor de **MARCOS MESSIAS DA SILVA**, relativamente ao processo nº 0009659-59.2011.8.17.0370, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca do Cabo de Santo Agostinho.

O impetrante alega, em síntese, o seguinte: o paciente, denunciado pela prática do crime tipificado no art.121, §2º, I, do Código Penal, teve sua prisão preventiva decretada ante a notícia de que estaria interferindo na instrução criminal, uma vez que juntou aos autos declaração por escrito e gravação áudio-visual contendo retratação da principal testemunha que ainda seria ouvida em juízo; sofre constrangimento ilegal por falta de fundamentação do decreto prisional.

Por fim, requer, liminarmente, a expedição de salvo-conduto em favor do paciente e, no mérito, seja revogado o decreto de prisão.

A inicial veio acompanhada de documentos colacionados às fls.13/95.

Por meio da decisão de fl. 102/103, foi indeferido o pleito liminar.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

A autoridade apontada como coatora prestou informações sobre os fatos alegados no presente writ às fls. 110, acostando os documentos de fls. 111/123.

A Procuradoria Criminal, pela Procuradora de Justiça, Adriana Gonçalves Fontes, ofertou parecer às fls. 127/128, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 24 de setembro de 2013.

JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0008292-72.2013.8.17.0000(0311016-1)
IMPETRANTE : VADILSON GOMES DA SILVA
PACIENTE : MARCOS MESSIAS DA SILVA
RELATOR : JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
CONVOCADO
COMARCA : CABO DE SANTO AGOSTINHO - 1ª VARA CRIMINAL
ORGÃO JULGADOR : 4ª CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA : ADRIANA GONÇALVES FONTES

VOTO

Conforme relatado, o presente *Habeas Corpus* Preventivo foi impetrado por Vadilson Gomes da Silva, em favor de **MARCOS MESSIAS DA SILVA**, relativamente ao processo nº 0009659-59.2011.8.17.0370, que tramita na 1ª Vara Criminal da Comarca do Cabo Santo de Santo Agostinho, pela prática do delito previsto¹ 121, §2º, I do Código Penal¹.

Segundo consta da Denúncia, às fls.14/17, na manhã do dia 06/05/2011, na rodovia PE-28/SUL, que dá acesso à praia de Gaibu, num terreno baldio situado nas imediações do Parque de Eventos, no Município do Cabo de Santo Agostinho, o paciente, com animus necandi, munido de arma de fogo, efetuou disparos contra a pessoa de ANDRÉ CEZAR FERREIRA SANTOS, vulgo "Perneta ou Jeremias", causando a sua morte.

Ainda de acordo com a exordial, o acusado, ao passar pelo local na garupa da motocicleta conduzida pela pessoa de Alexandro da Silva, o

¹ CP

Art 121. Matar alguém:
Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

Homicídio qualificado

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;
Pena - reclusão, de doze a trinta anos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

"Sandro", ao avistar a vítima, pediu ao condutor da moto que parasse e se dirigiu à André dizendo "tu de novo, cara?".

Ato contínuo, o acusado puxou o ofendido pela camisa até um terreno baldio que fica às margens da rodovia PE-60, sacou um revólver e deflagrou três tiros contra a vítima que caiu prostrada ao chão, sem vida.

Ao ver o denunciado efetuar o primeiro disparo, a testemunha deixou o local do crime sem ter visto o desfecho da execução da vítima.

O crime foi motivado por vingança, por conta de um furto de um som de um carro pertencente ao acusado, ocorrido dias antes do delito em comento, sendo a vítima apontada como autor.

Segundo consta, a vítima era usuária de drogas e praticava pequenos furtos para sustentar seu vício.

O impetrante requer a expedição de salvo-conduto em favor do paciente alegando que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente não apresenta fundamentação válida, já que o fato do paciente ter juntado aos autos declaração por escrito e gravação áudio-visual contendo retratação de uma testemunha não significa que interferiu na instrução criminal.

Pois bem.

De fato, a prisão cautelar é medida de exceção e como tal deve ser decretada somente por razões de necessidade e com observância dos requisitos legais, mediante decisão judicial fundamentada (art. 93, inciso



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

IX, da Constituição Federal) e com observância das exigências do art.312 do Código de Processo Penal.

O art.312 do CPP estabelece os pressupostos da prisão preventiva: garantir a ordem pública, a ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

No caso em tela, existem nos autos provas da materialidade do delito e indícios de autoria e o magistrado de 1º grau, por ocasião do decreto prisional, ao contrário do que aduz o impetrante, justificou a necessidade medida cautelar, aduzindo que:

"A Autoridade Policial e o D. Ministério Público requerem seja decretada a prisão preventiva do denunciado, diante das circunstâncias em que o crime fora praticado, sendo a custódia cautelar forma adequada para manter a ordem pública e a instrução criminal, pois, nos termos do parecer ministerial de fls. 77 "o denunciado acostou aos autos um termo de declaração de testemunha a qual deveria ser ouvida pela justiça, caracterizando assim, intervenção no judiciário", o que se repete no petítório de fls. 78/79 e mídia acostada às fls 80, sendo prova suficiente que o acusado vem interferindo na instrução criminal. Portanto, presentes os requisitos dos arts. 312 e 313, CPP, **decreto a prisão preventiva do Acusado**".

O magistrado de 1º grau, como visto, fundamentou a medida preventiva em requisito do art.312 do Código de Processo Penal, qual seja, a conveniência da instrução criminal, já que o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

acusado apresentou declaração da principal testemunha ministerial contendo retratação de depoimento colhido extrajudicialmente. A produção de provas pelo acusado, que é policial, gera a suspeita de que a testemunha possa estar sendo coagida a apresentar nova versão para os fatos, mormente considerando-se que em outro processo a que responde na mesma Vara Criminal, é suspeito de ter assassinado a testemunha ocular do crime.

Em informações prestadas às fls. 110, o magistrado *a quo* ressaltou que o paciente responde a outro processo por homicídio qualificado também na 1ª Vara Criminal da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, no qual foi decretada sua prisão preventiva por conveniência da instrução criminal. Em consulta ao Sistema de Informações Processuais deste Tribunal-JUDWIN, verifiquei que nos autos do processo nº0009622-32.2011.8.17.0370, o paciente teve sua prisão preventiva decretada *"para manter a ordem pública e a instrução criminal, pois, (...) o denunciado é suspeito de integrar grupo de extermínio com atuação no Cabo de Santo Agostinho e teve participação em outros crimes, inclusive teria assassinado Sergio Henrique Freitas, vulgo "Boy do Fumo", testemunha ocular nestes autos"*.

Demonstrada, portanto, justa causa para o *decreto prisional*. Agiu o magistrado segundo o direito, como bem explicitou em seu *decisum*.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

A fundamentação apresentada é idônea e suficiente, não se podendo alegar infringência ao art.5º, LXI, da Constituição Federal².

Ressaltou ainda o juiz *a quo* que sua decisão se coaduna com a representação da autoridade policial, respaldada ainda pelo parecer ministerial.

Assim, não observei qualquer ilegalidade na segregação do paciente a ser sanada por meio do presente writ e entendo infundadas as alegações do impetrante.

Isto posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

É COMO VOTO.

Recife, 24 de setembro de 2013.


JUIZ JOSÉ ANCHIETA FÉLIX DA SILVA
Relator Convocado

² CF

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
LXI - ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei;